GUADELOUPE

RUP 25-26

Présidence de la conférence des Régions Ultrapériphériques



CADERNO DE COMUNICAÇÃO

REGION GUADELOUPE

Archipel d'Avenir

GUADELOUPE RUP 25-26
Présidence de la conférence des Régions Ultrapériphériques

Sommaire

1. Editorial do Presidente Ary Chalus 3
2. Editorial do Presidente Miguel Albuquerque 4
3. O que é a CPRUP? 5
4. Os desafios políticos da 30.ª Conferência dos Presidentes das RUP ... 6
5. Datas-chave 11
6. Números-chave 12
7. As RUP nas Caraíbas 13
8. As RUP na Amazónia 16
9. As RUP na Macaronésia 17
10. As RUP do oceano Índico 20
11. As RUP: desafios geopolíticos e geoestratégicos 22
12. As potencialidades das RUP 25
13. Os projetos 26
14. Programa da CPRUP 2026 33
15. Galeria de rostos da CPRUP 2026 35
16. Contato 36



1. Editorial do Presidente Ary Chalus

A presidência da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas (CPRUP), exercida pela Guadalupe de abril de 2025 a novembro de 2026, decorreu num período decisivo para a Europa. Perante um contexto internacional marcado por profundas reconfigurações geopolíticas, desafios crescentes em matéria de defesa e segurança e exigências acrescidas de competitividade e soberania, a União Europeia é chamada a redefinir as suas prioridades estratégicas e a repensar os instrumentos que sustentam a sua autonomia e projeção internacional, nomeadamente através da definição do novo orçamento para o período de 2028-2034.

Neste contexto, a Guadalupe assumiu uma ambição política clara: transformar de forma duradoura a perceção da Europa sobre as suas regiões ultraperiféricas (RUP). Já não se trata de encarar estes territórios como periferias distantes, sujeitas a constrangimentos estruturais, mas de reconhecer plenamente o seu valor estratégico, o seu potencial e o contributo essencial que dão para o futuro da União. Pela sua localização geográfica, pela abertura a vastos espaços regionais e marítimos, pelos seus recursos naturais e pelas suas competências, as RUP constituem postos avançados europeus de primeira linha e importantes alavancas de soberania, resiliência e influência. Os desafios que enfrentam em matéria de desenvolvimento económico, transição ecológica e energética, coesão social, justiça territorial e segurança exigem políticas públicas à altura das nossas ambições comuns.

Perante estes desafios de grande alcance, a presidência da Guadalupe colocou o diálogo, a concertação e a influência no centro da sua ação. Em estreita colaboração com as restantes RUP, foi desenvolvido um trabalho conjunto de análise da legislação europeia e de elaboração de propostas de alteração, junto de todas as instâncias europeias.

Este trabalho foi orientado por um objetivo claro: fazer ouvir uma voz unida e ambiciosa em defesa das Regiões Ultraperiféricas, antes da tomada de decisões a nível europeu.

A revisão da estratégia europeia para as RUP, acompanhada, pela primeira vez, de um pacote de simplificação regulamentar, foi, assim, fruto do nosso empenho e marca o início de um processo de adaptação das políticas europeias às nossas realidades e de valorização das mais-valias que as RUP representam para o desenvolvimento da União.

No momento de passar a presidência, a Guadalupe reafirma o seu compromisso de prosseguir esta dinâmica coletiva, lado a lado com todas as Regiões Ultraperiféricas. O que está em causa vai além da mera defesa dos nossos interesses territoriais: trata-se de contribuir para a construção de uma União Europeia mais coerente, capaz de pôr plenamente em prática o «reflexo RUP»

Ary CHALUS
Presidente do Conselho Regional da Guadalupe
Presidente da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia





2. Editorial do Presidente Miguel Albuquerque

É com grande satisfação que a Região Autónoma da Madeira assume a presidência da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas.

Num contexto de grande incerteza internacional, é fundamental reafirmar os princípios sólidos que têm orientado a ação das RUP ao longo das últimas décadas: a defesa do estatuto de região ultraperiférica e da aplicação do artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). Estes constituem os alicerces do nosso trabalho, que a Madeira pretende honrar e continuar a defender nas negociações do próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) e no âmbito das políticas europeias com impacto nas RUP.

A apresentação da nova estratégia da União Europeia para as RUP representa um marco significativo na relação da União com as suas regiões mais afastadas. Pretendemos acompanhar a aplicação efetiva desta nova estratégia e contribuir para a concretização dos objetivos estabelecidos, através de um diálogo contínuo entre a Comissão Europeia, os Estados-Membros e as RUP, sem descurar o acompanhamento das medidas legislativas identificadas no novo pacote legislativo e regulamentar, que permitem uma aplicação mais sistemática do artigo 349.º. Aguardamos com otimismo a implementação de novas medidas de simplificação regulamentar, assentes numa abordagem concertada e em benefício de todas as RUP.

Por último, mas não menos importante, a Região Autónoma da Madeira procurará promover o diálogo e a cooperação institucional entre todas as RUP, bem como entre estas e as instituições europeias, no interesse das nossas regiões e em benefício dos nossos cidadãos.

Miguel ALBUQUERQUE
Presidente do Governo Regional da Madeira



29ª CPRUP – Transmissão da presidência – Abril de 2025

3. O que é a CPRUP?

A Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas (CPRUP) reúne os órgãos executivos das nove regiões ultraperiféricas da União Europeia: Guadalupe, Martinica, Guiana Francesa, São Martinho, Reunião e Maiote (França); Madeira e Açores (Portugal); e ilhas Canárias (Espanha).

Criada em 31 de março de 1995, em Gourbeyre, na Guadalupe, a CPRUP defende, há mais de trinta anos, a uma só voz e com firmeza, os interesses de mais de cinco milhões de cidadãos europeus junto de todas as instituições da União, com o objetivo de garantir que as especificidades das regiões ultraperiféricas sejam plenamente tidas em conta.

A CPRUP tem quatro missões principais:
- Representar os territórios junto das instituições europeias;
- Defender os interesses dos seus agentes institucionais e do conjunto das suas forças vivas;
- Preservar as conquistas alcançadas no âmbito da ultraperifericidade;
- Divulgar as oportunidades proporcionadas pelas políticas e pelos programas da União Europeia.

As suas atividades são desenvolvidas por um Comité de Acompanhamento, composto por representantes de cada uma das nossas regiões ultraperiféricas. Este trabalho conjunto assegura uma coordenação permanente entre os territórios e permite defender uma posição comum junto das instituições europeias.

Compete ao Comité de Acompanhamento, nomeadamente:
- Acompanhar e analisar a atualidade europeia;
- Preparar as posições políticas conjuntas dos presidentes;
- Formular propostas operacionais adaptadas às realidades das RUP;
- Participar nas consultas e negociações europeias, com vista a promover alterações aos textos legislativos favoráveis aos territórios ultraperiféricos;
- Desenvolver relações com as instituições europeias e as redes regionais europeias.

Através da sua ação coletiva, a CPRUP contribui para reforçar a visibilidade e promover o desenvolvimento das regiões ultraperiféricas no seio da União Europeia.

4. Os desafios políticos da 30.ª Conferência dos Presidentes das RUP

Fazer do artigo 349.º um verdadeiro instrumento de diferenciação

O artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) deve tornar-se um instrumento plenamente mobilizado ao serviço das regiões ultraperiféricas (RUP), e não uma mera disposição derrogatória. Todas as políticas europeias devem ter em conta, desde a sua conceção, as realidades e os condicionalismos específicos destes territórios, através da aplicação sistemática **do «reflexo RUP» nas avaliações de impacto e nas propostas legislativas**.

Traduzir a nova estratégia europeia em compromissos concretos

A estratégia europeia para as RUP, apresentada em 10 de setembro de 2026, deve concretizar-se num roteiro claro, acompanhado de um calendário preciso, de financiamento à altura das ambições anunciadas e de um mecanismo de acompanhamento regular. A sua implementação deve ser concebida em estreita concertação com as regiões ultraperiféricas, de modo a garantir respostas adaptadas às suas realidades e necessidades.



Fórum das RUP em Bruxelas, novembro de 2025

Fazer das regiões ultraperiféricas alavancas estratégicas para a Europa

Enquanto postos avançados da Europa no Atlântico, nas Caraíbas, na Amazónia e no oceano Índico, as regiões ultraperiféricas asseguram uma presença europeia permanente na proximidade de zonas estratégicas do planeta. Contribuem com mais de metade da zona económica exclusiva da União, que constitui o maior espaço marítimo do mundo, proporcionam um acesso autónomo ao espaço a partir da Guiana Francesa e dispõem de recursos haliêuticos, energéticos e minerais, bem como de uma biodiversidade excecional. Pela sua localização geográfica e pelos seus recursos, contribuem diretamente para o poderio marítimo da União, a segurança das rotas marítimas, a preservação da biodiversidade mundial e a transição energética. Integradas em organizações regionais, constituem também importantes veículos de influência: através da cooperação e dos intercâmbios humanos, económicos e educativos que mantêm com os territórios circundantes, promovem os valores e os interesses da Europa em regiões onde, de outro modo, esta não estaria presente. Num mundo em que a competição entre potências se intensifica, investir nos nossos territórios significa reforçar a soberania, a influência e a capacidade de intervenção da Europa à escala mundial.



A Estrada do Litoral na Ilha da Reunião

Garantir financiamento específico no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034

O próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) deve refletir plenamente as exigências do artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, tanto nos seus instrumentos como nas suas dotações financeiras.

É indispensável garantir uma dotação específica, previsível e protegida, equivalente à atribuída às regiões menos desenvolvidas, independentemente de o PIB per capita das RUP ser ou não inferior a 75 % da média da União Europeia. Esta dotação deve assegurar um financiamento regional não inferior a 90 % do montante correspondente atribuído para o período de 2021-2027, mantendo-se igualmente distinta das dotações nacionais ou regionais previstas no regime geral.

Esta dotação deve preservar e reforçar os apoios específicos no âmbito da política de coesão, de modo a financiar os sobrecustos associados ao afastamento, à continuidade territorial, à energia, à acessibilidade, à mobilidade sustentável, à superação do isolamento digital, ao setor da água, à gestão de resíduos e à adaptação às alterações climáticas.

A manutenção do Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade (POSEI), enquanto instrumento autónomo integralmente financiado pela União Europeia, constitui uma prioridade. As suas dotações devem ser garantidas e reforçadas para ter em conta a inflação, o aumento dos custos de transporte de mercadorias, os riscos climáticos, as crises sanitárias e a necessidade de reforçar a soberania alimentar. O POSEI deve continuar a apoiar as produções locais, a diversificação agrícola, a renovação geracional, a transição agroecológica e os investimentos indispensáveis à resiliência das explorações agrícolas.

Os mecanismos específicos de apoio às pescas, à aquicultura e à economia azul devem igualmente ser preservados. Estes devem permitir compensar os sobrecustos próprios das RUP, apoiar a pesca de pequena escala e as fileiras locais, modernizar os equipamentos no respeito pelas exigências ambientais, reforçar a segurança dos profissionais do setor e desenvolver uma economia marítima sustentável.

Por último, as taxas de cofinanciamento da União Europeia devem continuar a ser adaptadas às capacidades financeiras efetivas das entidades territoriais, das empresas e das associações das regiões ultraperiféricas. A sua manutenção em níveis elevados constitui uma condição essencial para garantir a concretização dos projetos e evitar que as RUP fiquem excluídas dos financiamentos europeus por não disporem de capacidade suficiente de autofinanciamento.



Declaração de Baiona da CPRUP de 12 de junho de 2026 – Encontro entre a França, a Espanha, Portugal e a CPRUP

Simplificar e democratizar o acesso aos financiamentos europeus

O acesso aos fundos europeus deve tornar-se mais simples, rápido e equitativo para os promotores de projetos das RUP. As regras de gestão, controlo e justificação devem ser proporcionais à dimensão das operações, aos montantes solicitados e à capacidade administrativa dos beneficiários. A simplificação não deve limitar-se à desmaterialização dos procedimentos: deve reduzir concretamente a carga administrativa e proporcionar maior segurança aos promotores de projetos.

Importa generalizar os mecanismos adaptados às pequenas estruturas: concursos destinados a projetos locais, procedimentos simplificados, subvenções de montante fixo, opções de custos simplificados, adiantamentos de tesouraria e prazos de pagamento mais curtos. Os municípios, as associações, as cooperativas, as microempresas, as entidades da economia social e solidária, as organizações profissionais, os estabelecimentos de ensino e formação e os promotores de iniciativas cidadãs devem poder aceder aos fundos sem necessitarem de uma estrutura técnica e administrativa complexa.

Os programas europeus devem prever um acompanhamento de proximidade, desde a conceção dos projetos até à sua concretização e à respetiva prestação de contas. Para tal, é necessário reforçar a assistência técnica local, a informação disponibilizada aos beneficiários, a formação sobre os procedimentos de candidatura, o apoio à preparação dos processos e a criação de redes entre os intervenientes. Deve ser dada especial atenção aos projetos promovidos por jovens, mulheres, agentes culturais, agricultores e pescadores, bem como às iniciativas em prol da inovação social, da biodiversidade e da adaptação às alterações climáticas.

Os mecanismos inspirados no BESTLIFE2030, que apoia projetos locais de biodiversidade nas RUP através de modalidades de financiamento adaptadas, devem ter a sua continuidade assegurada e ser alargados a outras prioridades territoriais. A criação de mecanismos de financiamento específicos para pequenos projetos, com taxas de cofinanciamento elevadas, deve permitir às forças vivas locais responder rapidamente às necessidades concretas dos territórios.

Esta democratização do acesso aos financiamentos europeus deve, por último, ser acompanhada de uma maior divulgação dos avisos de concurso, de ferramentas acessíveis e de fácil compreensão e de um diálogo regular com os beneficiários. A presença da Europa nas RUP será tanto mais forte quanto maior for a sua capacidade de financiar, de forma simples e eficaz, as iniciativas que transformam o quotidiano das populações.

O próximo Quadro Financeiro Plurianual deve reconhecer plenamente as necessidades específicas das RUP e garantir-lhes uma dotação orçamental própria e protegida. É fundamental preservar o POSEI e as dotações específicas no âmbito da política de coesão e das pescas, bem como manter taxas de cofinanciamento adaptadas aos condicionalismos estruturais e permanentes destes territórios.

Dotar os jovens das regiões ultraperiféricas dos meios necessários para construírem o seu futuro

As regiões ultraperiféricas, entre as quais se encontram alguns dos territórios com as populações mais jovens da União Europeia, devem ocupar um lugar central na futura estratégia europeia. Nas RUP, tal como no resto da Europa, todos os jovens devem poder ter acesso a formação de qualidade, a um emprego, à mobilidade, à cultura e a perspetivas de futuro no seu próprio território, sem serem obrigados a abandoná-lo por falta de oportunidades.


Salão de Orientação, Formação e Profissões, Guadalupe

Esta ambição exige uma resposta aos obstáculos específicos das RUP: o afastamento dos centros de formação e de emprego, os custos da mobilidade, as desigualdades digitais, a dimensão reduzida dos mercados locais, a vulnerabilidade climática, as dificuldades de acesso à informação e a complexidade dos procedimentos. As políticas europeias destinadas à juventude devem ser concebidas com os jovens das RUP, e não apenas para eles, tendo em conta a diversidade dos seus percursos, das suas realidades sociais e das suas aspirações.

A segunda edição do projeto europeu YOUTH4ORs deve contribuir para concretizar esta ambição. A sua abordagem demonstra a importância de mecanismos acessíveis aos jovens, às associações e aos estabelecimentos de ensino: concursos adaptados, informação em linguagem clara e nas línguas adequadas, acompanhamento de proximidade, financiamento simplificado e apoio a iniciativas integradas nas atividades escolares e na vida local. É necessário assegurar a continuidade destas modalidades de apoio e reforçar o seu alcance.

A participação dos jovens deve tornar-se estrutural, e não meramente simbólica. Os jovens das RUP devem ter um papel reconhecido na elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas europeias e territoriais que lhes dizem respeito. Tal implica a criação ou o reforço de estruturas permanentes de diálogo, a consulta sistemática dos jovens em todas as fases dos programas e a efetiva consideração das suas recomendações por parte dos decisores públicos.

A União Europeia e as autoridades regionais e locais devem igualmente garantir financiamento plurianual específico para as iniciativas promovidas pelos jovens. A atribuição de microssubvenções, através de procedimentos simples e rápidos, pode favorecer o desenvolvimento de projetos concretos nos domínios do emprego, do empreendedorismo, da inovação, das tecnologias digitais, da cultura, do desporto, do ambiente, da saúde, da solidariedade e da cidadania. A experiência do YOUTH4ORs demonstra que, quando são eliminados os obstáculos administrativos e financeiros, os jovens se tornam verdadeiros protagonistas da transformação dos seus territórios.

Deve ser dada especial atenção aos jovens que não trabalham nem estudam ou frequentam qualquer formação, aos jovens em situação de precariedade ou com deficiência e aos que vivem em bairros prioritários, zonas rurais e territórios isolados. Ir ao seu encontro, apoiar as estruturas locais que os acompanham e garantir uma participação inclusiva são condições indispensáveis para que ninguém fique para trás.

Por último, importa reforçar tanto as competências dos jovens como as das instituições que com eles trabalham. Dar aos jovens das RUP o lugar que lhes cabe significa reconhecer a sua capacidade de apresentar propostas, tomar decisões e agir em prol de uma Europa mais justa, mais inclusiva e mais próxima dos seus territórios.

Uma Europa que reconhece plenamente as realidades das suas regiões

As regiões ultraperiféricas não pedem favores nem derrogações de conveniência. Exigem o respeito efetivo pelo princípio da igualdade e pelos compromissos consagrados nos Tratados europeus. A Europa não pode afirmar-se unida, solidária e atenta a cada um dos seus territórios se as suas políticas continuarem a ser concebidas exclusivamente em função das realidades continentais.

A igualdade de tratamento não significa uniformidade. Aplicar as mesmas regras a territórios sujeitos a condicionalismos profundamente diferentes equivale, na prática, a aprofundar as desigualdades. A verdadeira equidade exige normas adaptadas, financiamentos específicos, taxas de cofinanciamento mais elevadas e a possibilidade efetiva de estabelecer derrogações quando as regras gerais não permitem responder às necessidades das nossas populações.

As RUP não são periferias que precisam de ser compensadas: são territórios europeus estratégicos. Representam a Europa nas Caraíbas, no oceano Índico, no Atlântico e na América do Sul; alargam o seu espaço marítimo, enriquecem a sua biodiversidade, reforçam a sua presença geopolítica e oferecem espaços de inovação fundamentais para as transições ecológica, energética, digital e alimentar.

Reconhecer plenamente as RUP significa assumir a opção política por uma Europa que não deixa nenhum dos seus territórios à margem das suas ambições, que transforma os constrangimentos em oportunidades e que garante a todos os cidadãos europeus, onde quer que vivam, as mesmas possibilidades de construir o seu futuro.

5. Datas-chave

1988: Primeira reunião dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, no Funchal (Madeira). Adotam uma declaração que apela ao diálogo com a Comissão Europeia e os respetivos Estados-Membros, para que os problemas específicos dos seus territórios sejam objeto de respostas adequadas.

1992 : O Tratado de Maastricht reconhece, numa declaração anexa, a situação particular das regiões ultraperiféricas.

1993: Durante a 20.ª Assembleia Geral da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM), os presidentes assinam a Declaração de Saint-Malo. Comprometem-se a definir posições comuns no seio da União Europeia e a desenvolver ações de cooperação.

1995 : Primeira Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, na Guadalupe, sob o lema «As nossas diferenças assemelham-se e unem-nos». Os presidentes adotam um protocolo de cooperação destinado a coordenar a defesa dos interesses das regiões ultraperiféricas e a reforçar os seus projetos comuns.

1997 : O Tratado de Amesterdão consagra o estatuto das regiões ultraperiféricas no direito da União Europeia (n.º 2 do artigo 299.º).

2009: Com o Tratado de Lisboa, o artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) passa a constituir a base jurídica das medidas específicas a favor das regiões ultraperiféricas.

2014: Maiote torna-se a nona região ultraperiférica.

2015 : O Tribunal de Justiça da União Europeia confirma o alcance do artigo 349.º, que permite adaptar o conjunto das políticas europeias às realidades das regiões ultraperiféricas.

2022: A Comissão Europeia adota a estratégia «Dar prioridade às pessoas» para as regiões ultraperiféricas.

2025: A CPRUP celebra o seu 30.º aniversário em Bruxelas.

2026: Publicação, em 10 de setembro, da nova estratégia europeia para as regiões ultraperiféricas, intitulada **«Reforçar o alcance global da União»**.



Zona Industrial e Comercial de Jarry

6. Les chiffres clés

TERRITÓRIO	POPULAÇÃO	SUPERFÍCIE
Guadalupe	382 586 hab. [1]	1 685 km²
Martinica	359 419 hab.	1 128 km²
Guiana Francesa	297 455 hab.	83 534 km²
São Martinho	31 160 hab. [2]	53 km² (parte francesa)
Madeira	259 440 hab.	802 km²
Açores	241 718 hab.	2 322 km²
Canárias	2 258 866 hab.	7 447 km²
Maiote	323 153 hab.	374 km²
Reunião	904 100 hab.	2 504 km²

Dados populacionais do Eurostat referentes a 2025, exceto os da Guadalupe e de São Martinho (INSEE, janeiro de 2026).

5 MILHÕES	de cidadãos europeus
80 %	da biodiversidade da União Europeia

[1] INSEE população em 1 de janeiro de 2026

[2] INSEE data de referência estatística 1 de janeiro de 2023



Memorial ACTe

7. As RUP nas Caraíbas

Guadalupe

Com cerca de 383 000 habitantes, a Guadalupe é um arquipélago francês situado no coração do arco das Pequenas Antilhas. Enquanto membro associado da Organização dos Estados das Caraíbas Orientais, a Guadalupe coloca a cooperação regional no centro das suas estratégias: a mobilidade sustentável, a saúde, a segurança, a educação, o desenvolvimento económico e a gestão de riscos são alguns dos domínios em que pretende dar expressão concreta ao projeto europeu nas Caraíbas.

As florestas tropicais, os maciços montanhosos, os ecossistemas costeiros, os mangais, as pradarias marinhas e os recifes de coral fazem da Guadalupe um território de biodiversidade de importância europeia e mundial. Só a área de adesão do Parque Nacional da Guadalupe abrange 57 % da superfície terrestre do arquipélago.
A Guadalupe está igualmente na vanguarda da transição energética. A central geotérmica de Bouillante, a única instalação de produção de eletricidade de origem geotérmica das RUP, demonstra a capacidade do arquipélago para valorizar os seus próprios recursos.

O Grand Port Maritime de la Guadeloupe (GPMG) e a Société Aéroportuaire Guadeloupe Pôle Caraïbes (SAGPC) gerem infraestruturas essenciais para a continuidade territorial e a competitividade económica. A Guadalupe pretende intensificar a modernização destas infraestruturas, reforçar a sua resiliência face aos riscos climáticos e promover a sua descarbonização, de modo a transformá-las em portas de entrada e pontos de ligação plenamente integrados nas dinâmicas das Caraíbas, do Atlântico e da Europa.

Os desafios continuam, contudo, a ser consideráveis: o custo de vida, a dimensão reduzida do mercado, a dependência das importações, a vulnerabilidade climática, o envelhecimento demográfico, a saída dos jovens e as dificuldades de acesso ao emprego. Em 2025, a taxa de desemprego situava-se nos 17 %, atingindo os 32 % entre os jovens dos 15 aos 29 anos. Estas realidades exigem políticas europeias e nacionais à altura dos desafios, adaptadas aos condicionalismos permanentes da insularidade e do afastamento.

Terra onde a CPRUP foi fundada e ponto de chegada da Route du Rhum, a Guadalupe representa uma Europa aberta, marítima e ligada a um mundo em constante transformação.

Martinica

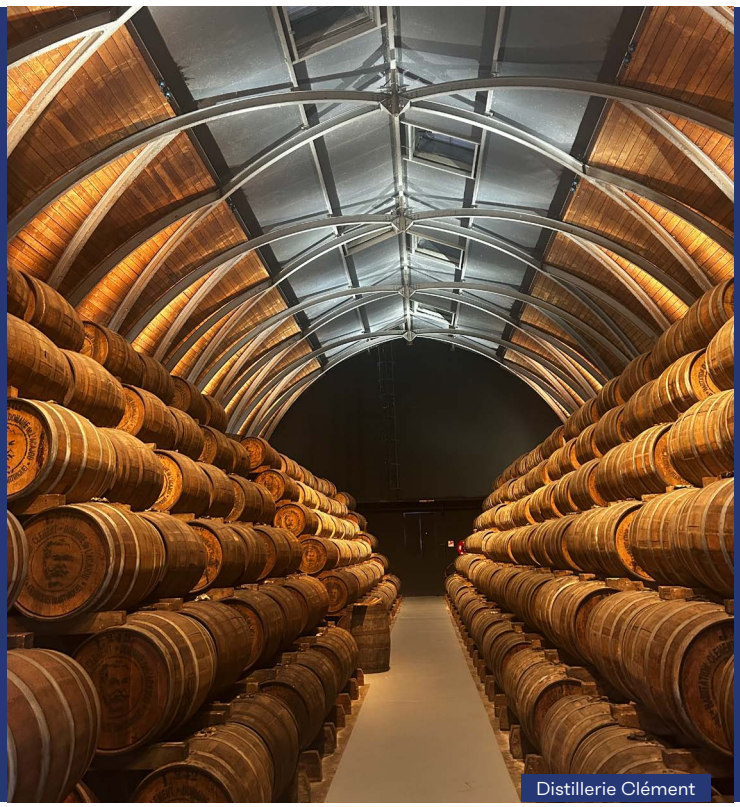
A Martinica deu ao mundo Aimé Césaire, Frantz Fanon e Édouard Glissant, pensadores que marcaram a filosofia, a literatura e as lutas políticas do século XX. Este legado alimenta uma identidade rica e plural, que se expressa através de uma cultura viva, da língua crioula e das artes.

A Martinica alberga numerosos locais naturais de grande valor e integra um dos 36 hotspots mundiais de biodiversidade reconhecidos pela UNESCO. Os vulcões e as florestas da Montanha Pelée e dos picos do norte da Martinica estão, aliás, inscritos na Lista do Património Mundial.

Território de inovação no coração das Caraíbas, a Martinica viu a sua recente adesão à Comunidade das Caraíbas (CARICOM) completar um longo processo de integração regional, marcado pela adesão à Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas das Nações Unidas (CEPAL) em 2012, à Associação dos Estados das Caraíbas (AEC) em 2014 e à Organização dos Estados das Caraíbas Orientais (OECO) em 2015.



Serge Letchimy e Younous Omarjee



Distillerie Clément

A Martinica possui uma economia diversificada, que conjuga um setor agrícola de excelência, uma indústria dinâmica e um tecido empresarial ativo nos serviços, no turismo e na restauração. Firmemente empenhada em alcançar a autonomia alimentar e energética, a Martinica promove o desenvolvimento da agricultura orientada para o abastecimento local e da economia azul, bem como o apoio a novos setores económicos, com vista a construir um modelo de crescimento sustentável, gerador de emprego e de valor.



SXM Airport

São Martinho

Muito antes de a livre circulação se tornar um dos pilares da construção europeia, São Martinho já fazia dela uma realidade quotidiana.
Dividida entre a França e os Países Baixos desde 1648, São Martinho é uma das menores ilhas do mundo partilhadas por dois Estados e onde convivem mais de 100 nacionalidades diferentes. Esta fronteira aberta, que faz parte da vida quotidiana da população, torna a ilha um exemplo concreto de cooperação europeia.

Situada no coração das Pequenas Antilhas, a ilha constitui um ponto de encontro dos intercâmbios regionais e turísticos. Duramente atingida pelo furacão Irma em 2017, iniciou um processo de reconstrução orientado para uma maior resiliência face aos riscos climáticos.

O seu modelo transfronteiriço faz de São Martinho um laboratório de governação e cooperação internacional.



São Martinho possui igualmente um património cultural particularmente rico, moldado pelas influências francesas, neerlandesas, caribenhas e internacionais. Esta diversidade reflete-se nas línguas faladas, nas tradições, na gastronomia e nos eventos culturais que marcam o quotidiano da ilha. O inglês, o francês e o neerlandês são testemunhos desta pluralidade cultural, que constitui uma das principais riquezas do território.

Do ponto de vista económico, o turismo representa um setor essencial para São Martinho. As suas praias, paisagens tropicais, atividades náuticas e património natural atraem anualmente numerosos visitantes. A ilha beneficia igualmente de uma posição estratégica no arco das Caraíbas, que favorece as trocas comerciais e a mobilidade entre as ilhas vizinhas. São Martinho constitui um território de experimentação particularmente relevante para o estudo dos desafios da cooperação transfronteiriça, da resiliência insular e da integração europeia num espaço caribenho marcado por uma grande diversidade política e cultural.



Ponte sobre o Oyapock

8. As RUP na Amazónia

Guiana Francesa

Única região ultraperiférica continental, a Guiana Francesa confere à União Europeia uma fronteira na América do Sul, com o Brasil e o Suriname. Esta localização atribui-lhe um papel estratégico nas relações entre a União Europeia e a região amazónica.

Porta de acesso da Europa ao espaço, a Guiana Francesa acolhe o Centro Espacial da Guiana, de onde são lançados os foguetões Ariane 6 e Vega-C.

A floresta amazónica cobre mais de 90 % do seu território. Nela se encontra o Parque Amazónico da Guiana Francesa, o maior parque nacional da União Europeia e uma das mais importantes reservas de biodiversidade do mundo.



© CNES/ESA/Arianespace-ArianeGroup/Optique Vidéo CSG/S Martin, 2026

Do ponto de vista demográfico e cultural, a Guiana Francesa caracteriza-se por uma grande diversidade de populações e tradições. Os povos crioulos, ameríndios e bushinengués, bem como as populações de origem europeia, caribenha ou sul-americana, contribuem para a riqueza cultural do território.

A sua economia assenta em vários setores complementares, entre os quais o setor espacial, as pescas, a agricultura e a exploração florestal e mineira.

O forte crescimento demográfico, a população jovem, a vasta extensão do território e o isolamento de alguns municípios do interior, entre outras características próprias da Guiana Francesa, geram desafios singulares, nomeadamente em matéria de desenvolvimento de infraestruturas e de acesso aos serviços essenciais.

Apesar dos seus condicionalismos estruturais, a Guiana Francesa representa uma importante oportunidade para a União Europeia: a de conciliar a inovação, a solidariedade, a proteção do património natural e o reforço da sua presença na América do Sul.

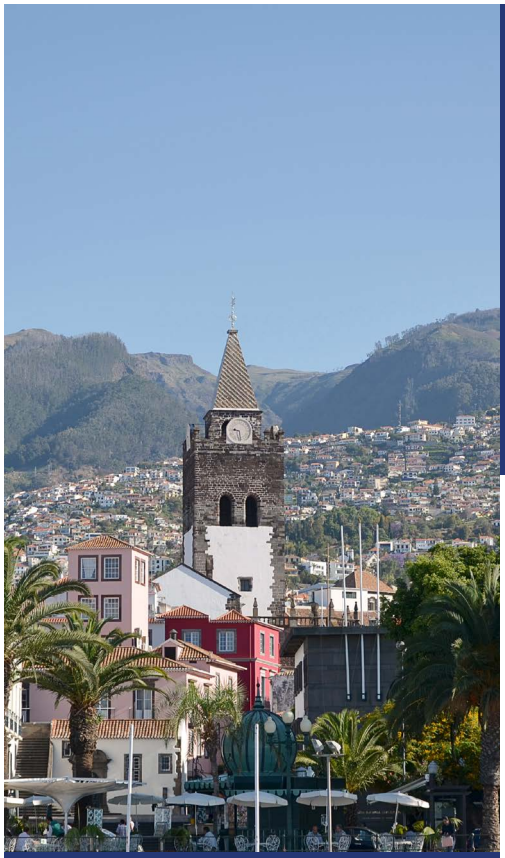


9. As RUP na Macaronésia

Madeira

A Madeira é amplamente reconhecida pela sua excecional riqueza natural, pelo clima ameno ao longo de todo o ano, pelos elevados níveis de segurança e pelo valor do seu património ambiental. Entre os seus principais recursos destaca-se a Floresta Laurissilva, classificada como Património Natural Mundial pela UNESCO, um legado ecológico de valor incalculável que ocupa um lugar central nas políticas regionais de conservação da natureza e na afirmação da Região como referência em matéria de turismo sustentável.

O turismo constitui um dos principais pilares da economia da Madeira, sustentado por uma estratégia que procura conciliar o crescimento económico, a preservação do ambiente e a valorização do património cultural.



Catedral de Nossa Senhora da Assunção de Funchal

O forte compromisso da Região com a sustentabilidade traduziu-se em resultados ambientais significativos. Paralelamente, a Região reforçou o seu empenho na transição energética. Neste contexto, importa destacar os investimentos realizados pelo Governo Regional, ao longo da última década, em projetos ligados às energias renováveis. Este esforço permitiu aumentar significativamente a produção de energia renovável.

A aposta no turismo sustentável, na conservação dos recursos naturais e na transição energética permitiu alcançar resultados expressivos, nomeadamente uma redução de 73,1 % das emissões de gases com efeito de estufa entre 1990 e 2024. Estes resultados reforçam o posicionamento da Madeira como destino turístico sustentável e como referência nos domínios da ação climática e do desenvolvimento sustentável.



Furnas - São Miguel

Açores

Os Açores são um arquipélago português constituído por nove ilhas vulcânicas, situado no Atlântico Norte, a cerca de 1400 km de Lisboa. Distribuídas por três grupos (Oriental, Central e Ocidental), as ilhas constituem uma região autónoma com Governo e Assembleia Legislativa próprios.

A paisagem é dominada por lagoas de cratera, caldeiras vulcânicas, nascentes termais, falésias e floresta laurissilva, num clima oceânico ameno e húmido. A biodiversidade terrestre e marinha, caracterizada por numerosas espécies endémicas e pela possibilidade de observação de cetáceos, valeu ao arquipélago o reconhecimento da UNESCO, tornando-o um destino de referência para o turismo de natureza.

As nove ilhas dos Açores conferem igualmente à União Europeia um espaço marítimo de quase um milhão de km^2. A sua localização privilegiada torna o arquipélago um local de excelência para a observação do oceano e do clima, bem como um verdadeiro laboratório natural para a investigação científica.

Pioneiros no domínio das energias renováveis, os Açores aproveitam os recursos geotérmicos, eólicos e hídricos.

Criaram igualmente uma das mais vastas redes de áreas marinhas protegidas do Atlântico Norte. Os Açores ilustram o papel das RUP na transição ecológica da Europa.



As Ilhas Canárias

Situadas ao largo da costa africana, as Ilhas Canárias constituem a fronteira meridional da União Europeia e contam com mais de dois milhões de habitantes, o que as torna a região ultraperiférica mais populosa. A sua posição geográfica estratégica torna-as um espaço privilegiado de encontro e cooperação entre a Europa, a África e a América Latina, com uma forte vocação atlântica.

O arquipélago dispõe de um património natural e cultural excecional, reconhecido a nível internacional pela UNESCO, bem como de capacidades científicas e tecnológicas notáveis, apoiadas pelas suas universidades, centros de investigação e infraestruturas de referência internacional. Estes trunfos colocam as Canárias numa posição única para contribuir para as prioridades europeias em matéria de inovação, sustentabilidade e transição ecológica, promovendo simultaneamente a diversificação da sua economia e a criação de empregos qualificados.

No domínio científico, as Canárias reúnem condições excecionais para atuarem como um laboratório natural ao serviço da Europa. A sua biodiversidade terrestre e marinha, as suas características vulcânicas e a qualidade dos seus céus permitem desenvolver conhecimentos em domínios como a astrofísica, as ciências marinhas, as energias renováveis e o estudo das alterações climáticas. Reforçar os laços entre a investigação e o tecido económico, bem como a participação do arquipélago nas redes europeias e internacionais de excelência, é essencial para transformar esses conhecimentos em soluções inovadoras, suscetíveis de serem transferidas para outros territórios.

O caráter insular do arquipélago faz também da economia circular e da economia azul dois pilares complementares do seu desenvolvimento sustentável. A gestão eficaz da água, da energia e dos materiais, a prevenção e a valorização dos resíduos, bem como a redução da dependência de recursos externos, podem avançar em conjunto com a exploração sustentável dos recursos marinhos e marítimos. O desenvolvimento da biotecnologia marinha, da aquicultura sustentável e das energias renováveis oceânicas oferece perspetivas para criar atividades de elevado valor acrescentado, preservar os ecossistemas e reforçar a autonomia e a resiliência das ilhas.

As Canárias constituem um território a partir do qual a Europa pode elaborar novas respostas aos grandes desafios do nosso tempo. Demonstram que as regiões ultraperiféricas não são apenas territórios que necessitam de políticas adaptadas às suas especificidades, mas que também são capazes de proporcionar soluções e oportunidades a toda a União Europeia.



10. As RUP do oceano Índico

Maiote

Reconhecida como região ultraperiférica em 2014, Maiote assegura a presença da União Europeia no Canal de Moçambique, numa rota estratégica para as trocas comerciais e os fluxos energéticos do oceano Índico.

A cooperação regional pode apoiar as fileiras agrícolas e das pescas, a formação e as iniciativas conjuntas nos domínios da segurança marítima, da investigação e da gestão dos recursos naturais. Uma melhor conectividade marítima, aérea e digital é essencial para desenvolver estes intercâmbios.

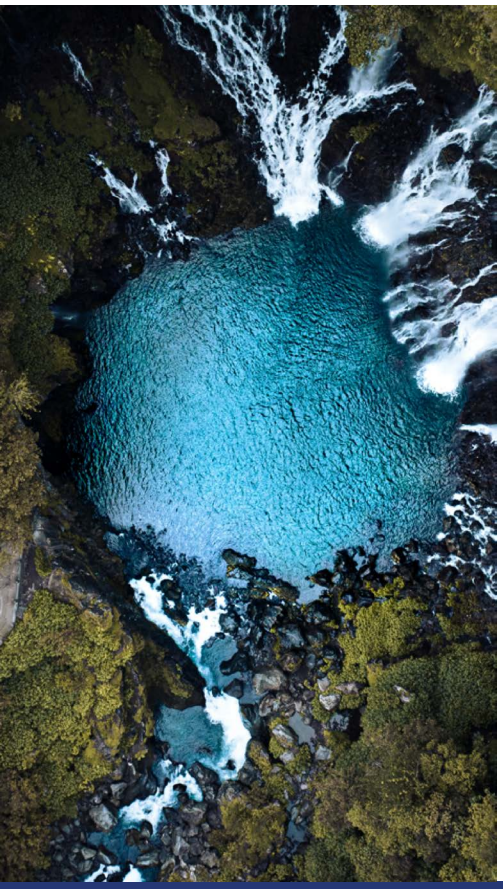
A sua lagoa, uma das maiores do mundo, está protegida por uma dupla barreira de coral, encontrando-se em curso um processo com vista à sua inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO. A sua excecional biodiversidade marinha e o seu vulcão submarino fazem de Maiote um local de elevado interesse científico para o estudo dos ecossistemas tropicais, da sua adaptação às alterações climáticas e do vulcanismo.

Duramente atingida pelo ciclone Chido em dezembro de 2024, Maiote encontra-se envolvida num processo de reconstrução de grande envergadura. O acesso à água, ao saneamento, à habitação e aos cuidados de saúde, bem como o desenvolvimento de infraestruturas aeroportuárias e portuárias resilientes, são determinantes tanto para a melhoria das condições de vida como para o crescimento económico. O reforço destes serviços e infraestruturas deve permitir ao território responder às necessidades atuais e, simultaneamente, preparar-se para os desafios climáticos e demográficos.

Com a população mais jovem da União Europeia, Maiote dispõe de um importante potencial de talento e inovação. A educação, a formação e a integração profissional, a par da consolidação das bases do seu desenvolvimento, permitirão mobilizar este potencial numa dinâmica de convergência, em benefício da sua população e da União Europeia.

A Ilha da Reunião

A Ilha da Reunião é uma Região Ultraperiférica (RUP) da União Europeia situada no Oceano Índico.



Graças à sua localização estratégica no coração do Indo-Pacífico, a Ilha da Reunião reforça a presença da Europa numa região fundamental para o comércio e a cooperação internacional.

Verdadeiro laboratório de inovação, distingue-se pela sua biodiversidade excecional, pelos seus avanços em matéria de transição ecológica, saúde e energias renováveis, proporcionando assim soluções concretas para os desafios ambientais e tecnológicos do futuro.
A sua riqueza cultural e o seu dinamismo regional fazem dela um veículo de influência e abertura para a Europa.

A Ilha da Reunião distingue-se por um património natural de uma riqueza excecional, moldado pela sua história vulcânica e pela diversidade das suas paisagens. Os seus picos, caldeiras e paredes rochosas, inscritos no Património Mundial da UNESCO, testemunham a singularidade do seu ambiente e a sua notável biodiversidade. Verdadeiro laboratório natural, a ilha dispõe de trunfos preciosos para desenvolver iniciativas nos domínios da preservação da biodiversidade, da adaptação às alterações climáticas e da transição ecológica.

Sendo a Região Ultraperiférica (RUP) mais distante do continente europeu, a Reunião dispõe de infraestruturas de transportes e comunicações fundamentais que favorecem a sua integração nas trocas regionais e internacionais:
- O Grande Porto Marítimo da Reunião, que movimenta mais de cinco milhões de toneladas de mercadorias, segundo os dados da apresentação, constitui um centro logístico estratégico do Oceano Índico;
- O Aeroporto Internacional Roland-Garros, por seu lado, assegura a conectividade aérea do território com a Europa e vários destinos do Oceano Índico, de África e da Ásia.

No plano digital, a Ilha da Reunião beneficia de ligações internacionais através de cabos submarinos e de uma implantação muito avançada de banda larga de altíssima velocidade, com uma cobertura de 94 % da sua população.

Dispõe igualmente de um ecossistema estruturado de formação, investigação e inovação, que constitui uma mais-valia importante para o seu desenvolvimento económico e para a sua projeção regional.

As energias renováveis representam igualmente um setor prioritário, num contexto insular em que a transição energética constitui um desafio fundamental.

O território beneficia, além disso, de competências reconhecidas na agricultura e na transformação agroalimentar, com grandes desafios em termos de resiliência e adaptação às restrições climáticas e geográficas. Por fim, a riqueza do seu património natural e cultural favorece o desenvolvimento de um turismo sustentável.



11. As RUP: desafios geopolíticos e geoestratégicos

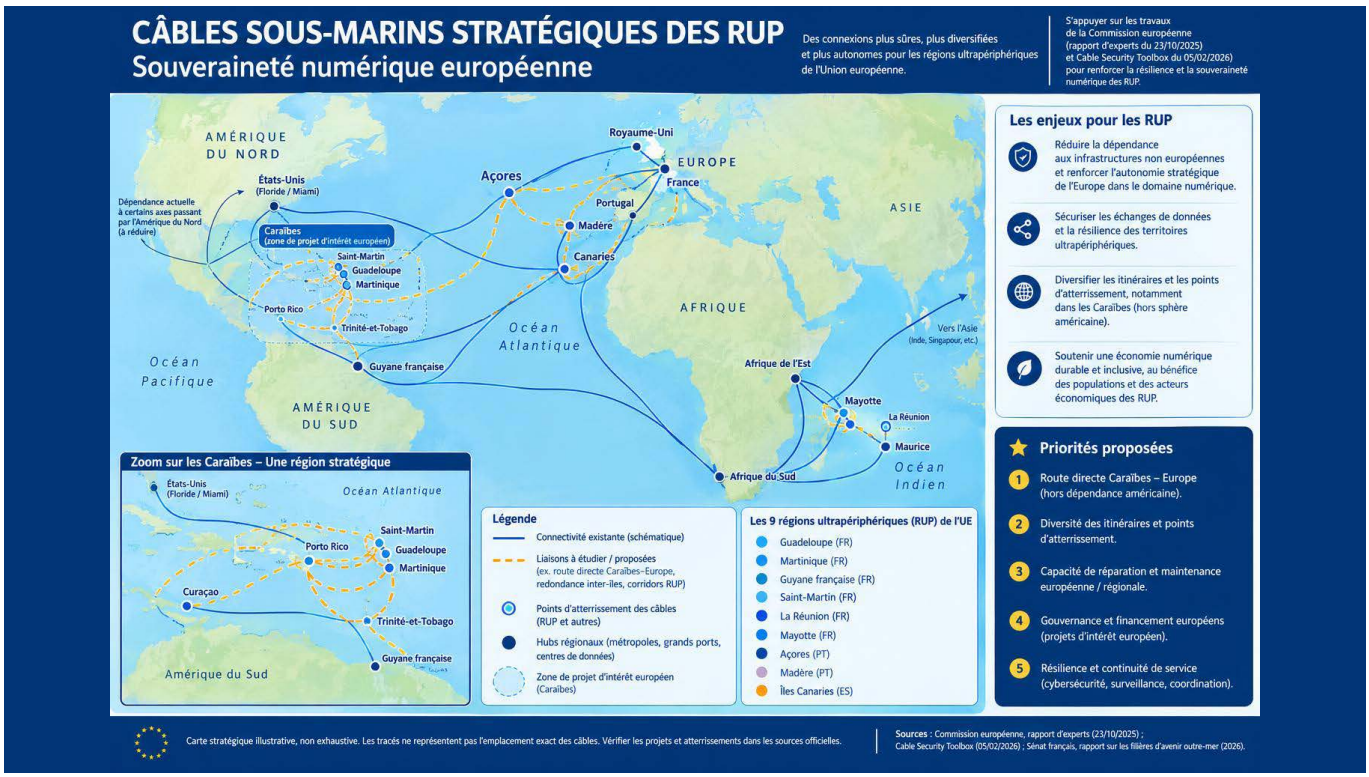
O mundo entrou numa era de crescente instabilidade e competição, mas também de oportunidades para quem souber posicionar-se neste novo contexto. As regiões ultraperiféricas (RUP) têm um lugar de pleno direito nesta dinâmica, e a Europa com elas.

Perante a reconfiguração da ordem mundial, impõe-se uma constatação: as RUP são, pela sua própria natureza, territórios de importância estratégica fundamental para a União Europeia. A sua dupla pertença — à União e às regiões geográficas em que se inserem — não constitui uma fragilidade, mas uma vantagem. As RUP proporcionam à União vastas zonas económicas exclusivas e uma presença permanente no Atlântico, nas Caraíbas, na Amazónia e no oceano Índico. Constituem alavancas diretas da autonomia estratégica europeia, permitindo à Europa evitar a dependência de terceiros em domínios essenciais: fontes de energia, recursos marinhos e minerais muito cobiçados, rotas marítimas, acesso ao espaço...

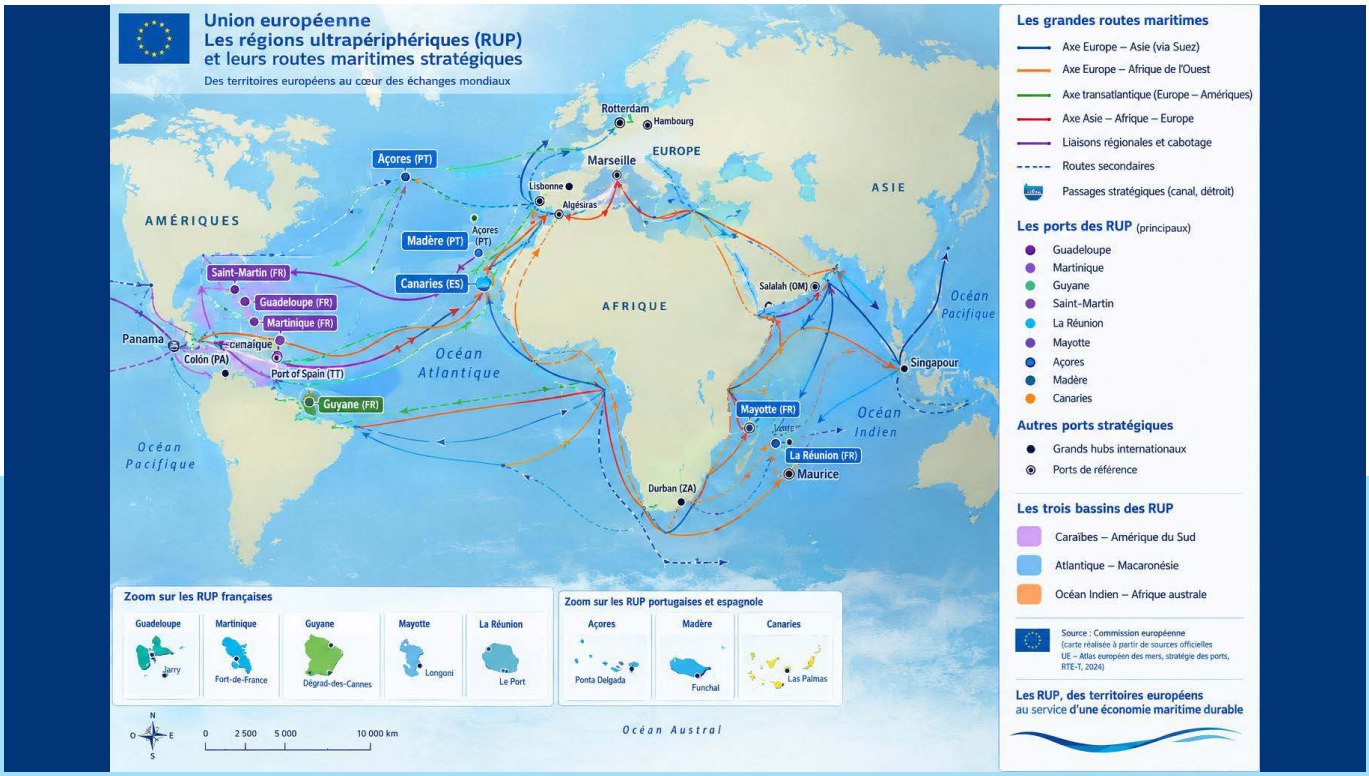
Outras potências já compreenderam esta realidade. Entre 2005 e 2022, a China investiu mais de 10 mil milhões de dólares em seis países das Caraíbas, tendo as suas trocas comerciais aumentado oito vezes entre 2002 e 2019. Não se trata de denunciar qualquer ameaça, mas de reconhecer um sinal importante: o valor estratégico das regiões vizinhas das RUP já é reconhecido fora da Europa.

Cabe à Europa tirar pleno partido desta vantagem.

As RUP já não são territórios distantes: são posições estratégicas.



Mapa de cabos submarinos



Mapa dos hubs marítimos

Num mundo multipolar, em que determinados recursos se tornam cada vez mais escassos e as rotas marítimas constituem artérias cada vez mais disputadas do comércio mundial, dispor de territórios distribuídos por vários oceanos e continentes representa uma vantagem decisiva. A Europa deve, por isso, afirmar claramente a sua presença perante as estratégias de influência externas.

A União Europeia está a investir fortemente na sua defesa: em 2024, os Estados-Membros consagraram-lhe 343 mil milhões de euros[3], e o instrumento SAFE permite mobilizar até 150 mil milhões de euros em empréstimos adicionais.

O relatório Draghi sublinhou-o: a competitividade e a segurança são, hoje, indissociáveis.

Este esforço só terá verdadeiro alcance se assentar em posições avançadas, das quais as RUP constituem uma componente essencial. Distribuídas por vários oceanos, às portas do Atlântico, das Caraíbas, da Amazónia e do oceano Índico, alargam a presença da União a regiões onde estão em jogo a segurança das rotas marítimas, a proteção dos recursos e o acesso ao espaço. Sem elas, a Europa perderia grande parte da sua capacidade de vigilância, proteção e intervenção fora do seu território continental.

A revisão intercalar da política de coesão abre a possibilidade de reorientar fundos para a defesa, a energia e a competitividade. As RUP devem beneficiar plenamente desta flexibilidade, dando prioridade às infraestruturas portuárias e aeroportuárias, à vigilância marítima e à resiliência perante crises climáticas e diplomáticas, ou seja, a tudo o que contribua diretamente para reforçar a capacidade da Europa de defender os seus interesses.

Investir nas RUP é, portanto, investir na segurança da Europa. As regiões ultraperiféricas não pedem para deixar de ser encaradas como um encargo: são uma mais-valia estratégica que permite à Europa manter-se como uma potência mundial no século XXI.

[3] Agence européenne de défense, « Defence Data 2024-2025 », septembre 2025



Instalação dos novos pórticos no GPMG

12. As potencialidades das RUP

Soberania sobre os recursos

As regiões ultraperiféricas dispõem de importantes recursos haliêuticos, energéticos e minerais. Ora, o controlo das matérias-primas críticas é, hoje, determinante para a soberania tecnológica e industrial. Estes territórios constituem, por isso, uma importante mais-valia para a União.

Segurança das rotas marítimas

Mais de 80 % do comércio mundial, em volume, é transportado por via marítima. Situadas nas proximidades de grandes rotas marítimas, as regiões ultraperiféricas permitem vigiar estes fluxos, garantir a segurança do abastecimento e prestar assistência no mar. Nas Caraíbas, a presença crescente de intervenientes externos nos portos da região torna este papel ainda mais importante.

Pontos de apoio à escala mundial

Os portos, aeroportos e infraestruturas de telecomunicações distribuídos por várias bacias oceânicas proporcionam à União pontos de apoio para a ajuda humanitária, a gestão de catástrofes e a investigação, bem como para operações de segurança, quando necessário. Noutras partes do mundo, outras potências estão a investir fortemente em infraestruturas civis de dupla utilização.

Influência diplomática e normativa

Cada região ultraperiférica constitui um território onde se aplicam o direito europeu, os direitos fundamentais e normas ambientais e sociais que figuram entre as mais exigentes do mundo. Em regiões geográficas em desenvolvimento, esta presença normativa pode representar uma vantagem considerável.

13. Os projetos

Panorama dos projetos para as RUP

Presentes no Atlântico, nas Caraíbas, na América do Sul e no oceano Índico, as regiões ultraperiféricas (RUP) conferem à União Europeia uma dimensão mundial.

Reconhecidas pelo artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, beneficiam de uma abordagem adaptada às suas realidades: grande afastamento, insularidade ou isolamento geográfico, vulnerabilidade climática e outros condicionalismos estruturais permanentes.

Estas especificidades representam também um importante potencial estratégico.

As RUP possuem uma biodiversidade excecional e ocupam posições geográficas estratégicas em espaços regionais dinâmicos.

São territórios de inovação nos domínios da transição energética, da resiliência climática, da gestão sustentável dos recursos marinhos e da transformação digital.

Os projetos cofinanciados pela União Europeia e especificamente destinados às RUP procuram responder a estes desafios. Têm como objetivos:

- Reforçar a proteção dos ecossistemas e a adaptação às alterações climáticas;
- Melhorar a conectividade e reduzir os efeitos do afastamento;
- Apoiar a inovação, o empreendedorismo e a cooperação regional;
- Investir na juventude e nas competências.

Para além do apoio financeiro, estas iniciativas traduzem uma visão política: transformar as RUP em territórios de excelência, plenamente integrados nas prioridades europeias.

Apostar nas regiões ultraperiféricas significa reforçar a presença mundial da União, consolidar a sua soberania marítima e energética e desenvolver soluções inovadoras que possam ser aplicadas em todo o continente.

As RUP não estão à margem da Europa.

Elas ajudam a desenhar o seu futuro.

Remodelar os Modelos Energéticos para os Territórios Ultraperiféricos

Montante do projeto: 1 784 001 €
Montante do financiamento europeu: 1 402 120 €

As RUP dependem em grande medida de energias fósseis importadas e não estão ligadas às grandes redes continentais. Para elas, a autonomia energética é uma questão de soberania.

O projeto REMOTE é coordenado pela Região da Reunião e cofinanciado pelo programa Interreg Europe, incluindo os Açores, as Canárias, a Guiana, a Madeira, Maiote e São Martinho. A Guadalupe e a Martinica estão associadas ao projeto desde junho de 2025.

As nove RUP partilham, assim, um mesmo objetivo: tornarem-se regiões europeias 100 % autossuficientes em energia.

De 2025 a 2029, os parceiros constroem em conjunto «trajetórias de transição». A cada semestre, um grupo de trabalho temático e uma visita de campo comparam as políticas energéticas regionais e identificam soluções que possam ser replicadas noutros locais. Uma ferramenta comum de comparação das políticas públicas de energia acompanha este processo.

O REMOTE reforça igualmente a voz das RUP em Bruxelas. Os parceiros contribuíram para a consulta sobre o pacote europeu «Energia para os Cidadãos» (Citizens Energy Package), trocando também pontos de vista sobre a execução do Fundo Social em matéria de Clima.

A autonomia energética não se decreta: constrói-se em conjunto, entre oceanos.



YOUTH 4 Outermost Regions: a juventude das RUP em ação

Cerca de cinco milhões de cidadãos europeus vivem nas regiões ultraperiféricas, situadas no Atlântico, nas Caraíbas, na Amazónia, na Macaronésia e no oceano Índico. Embora represente uma mais-valia para a União Europeia, a juventude destas regiões continua a enfrentar desafios inerentes ao afastamento, à insularidade e a um acesso mais limitado às oportunidades.

O programa YOUTH 4 Outermost Regions (YOUTH4ORs) constitui uma das ações contempladas pela estratégia da Comissão Europeia de maio de 2022 para as RUP.

Esta iniciativa premiou cerca de 70 ações, cada uma delas associada a um apoio financeiro de até 10 000 € a ser executado durante um período de 6 a 10 meses. Só a Guadalupe conta com 11 ações premiadas, que incidem na inserção profissional, na educação, na cultura, no ambiente, no domínio digital e na solidariedade entre gerações. O programa apresentou também recomendações sobre a participação dos jovens na tomada de decisões públicas nas RUP.

Em outubro de 2025, as laureadas apresentaram as suas iniciativas no Parlamento Europeu e, posteriormente, no evento final organizado durante a Semana Europeia das Regiões e das Cidades.



YOUTH4ORs - Native Scientists

YOUTH4ORs 2: anunciada uma nova edição

A Comissão anunciou uma segunda edição a 10 de setembro de 2026, aquando da publicação da sua nova estratégia para as RUP. Os convites à apresentação de ações destinados aos jovens e às organizações de juventude das RUP serão publicados no primeiro trimestre de 2027.

A juventude das RUP não se limita a preparar o futuro da Europa: está a construí-lo desde já.

Açores: «Cientista Regressa à Escola»



YOUTH4ORs - Native Scientists

O princípio é simples: cientistas açorianos regressam à escola primária onde estudaram na infância a fim de animar oficinas de ciências práticas e acessíveis.

Com o apoio do YOUTH4ORs (10 000 €), este projeto expande às ilhas do arquipélago a iniciativa do programa português «Cientista Regressa à Escola», lançado em 2021 pela associação Native Scientist.

Neste contexto, cada cientista é colocado em contacto com a escola do seu próprio concelho e, em seguida, é formado em mediação científica. Perante os alunos, a ciência assume então o rosto de alguém que cresceu no mesmo local, fala como eles e frequentou as mesmas salas de aulas.

Despertar vocações onde elas nasceram.

Num território dividido em nove ilhas, muitas crianças não têm a oportunidade de conhecer investigadores. Em Portugal, as escolas rurais carecem frequentemente de atividades científicas fora das aulas. Este projeto colmata essa lacuna.

O projeto é mais do que um workshop. Trata-se de fazer com que as crianças compreendam que podem sonhar em tornar-se cientistas, preparando também o regresso dos talentos: hoje, estes investigadores estudam o oceano, os vulcões e o clima, áreas em que os Açores constituem um laboratório natural de nível mundial.

A retenção de talentos começa já na escola primária.

Guadalupe: CXC_PROJECT, «Rumo a uma escola caribenha de excelência»

Desde o início do ano letivo de 2024-2025, a direção regional da educação da Guadalupe está a abrir-se aos padrões educativos do seu contexto regional. Durante três anos, os alunos do ensino secundário da Guadalupe são selecionados e preparados para o CSEC, o certificado de ensino secundário emitido pelo Caribbean Examinations Council. Este diploma é uma referência em toda a região das Caraíbas anglófonas. É reconhecido pelas universidades caribenhas, nomeadamente pela University of the West Indies, bem como por inúmeras instituições a nível internacional.

Um diploma caribenho para uma juventude europeia: a integração regional começa nos bancos do liceu.



Derek Walcott Library

A Guadalupe situa-se no coração de uma região anglófona, hispânica e crioulófona. No entanto, as barreiras linguísticas e de qualificações continuam a travar os intercâmbios entre territórios vizinhos. O CXC_PROJECT pretende superar este obstáculo desde o liceu. Os jovens da Guadalupe obtêm um diploma reconhecido pelos seus vizinhos, dominam o inglês em situações reais e podem candidatar-se a universidades, estágios e empregos na região.

O projeto concretiza a ambição de integração regional promovida pela Guadalupe, membro associado da Organização dos Estados das Caraíbas Orientais (OECO), e insere-se na estratégia europeia para as Regiões Ultraperiféricas (RUP), que torna a cooperação com os países vizinhos uma alavanca de desenvolvimento.

A iniciativa tem também um alcance geopolítico. Na região das Caraíbas, onde as grandes potências investem maciçamente na educação e na influência, este projeto consolida a presença europeia onde ela mais importa: junto da juventude. Graças a um apoio de 7 500 €, o projeto demonstra que uma iniciativa direcionada pode produzir um efeito duradouro.

Formar cidadãos europeus que se sintam satisfeitos no seu contexto de vida: é esse o significado de colocar as RUP na vanguarda da Europa.

BEST LIFE2030: financiar a biodiversidade dos territórios ultramarinos europeus

Os territórios ultramarinos europeus abrigam uma biodiversidade excecional, mas muito vulnerável. O BEST LIFE2030 é financiado pelo programa LIFE e coordenado pela UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza), concedendo até 100 000 € a projetos locais de conservação e restauração da natureza, liderados por associações, autarquias ou organismos de investigação.

A CPRUP, através da sua associação (ACPRUP), faz parte do consórcio, juntamente com o OFB (Gabinete Francês da Biodiversidade) e a OCTA (Associação de Países e Territórios Ultramarinos da União Europeia).

Um impacto concreto no terreno

Os dois primeiros convites à apresentação de candidaturas financiaram 138 projetos num valor superior a 13,5 milhões de euros, desde a Amazónia até ao oceano Índico, passando pelas Caraíbas e pela Macaronésia. Estes projetos permitem replantar mangais, salvar espécies ameaçadas, erradicar espécies invasoras e dotar novos espaços naturais de planos de gestão.

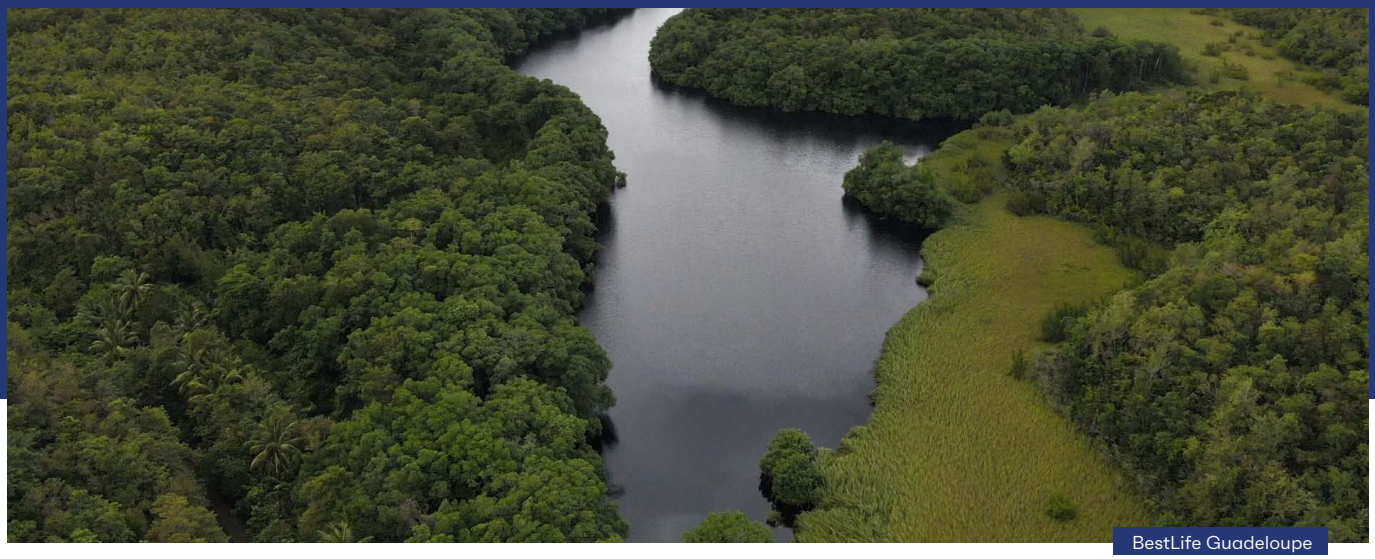
Com mais dois convites ainda por realizar, prevê-se que cerca de 230 projetos venham a ser apoiados até 2030.

Defender o futuro do programa

A CPRUP, a OCTA e a UICN estão a levar a cabo uma ação conjunta para garantir um financiamento LIFE sustentável, dedicado à biodiversidade das regiões ultraperiféricas e dos países e territórios ultramarinos. O objetivo é garantir aos intervenientes locais um acesso direto e simplificado aos fundos europeus para além de 2030.

Soluções locais, impacto europeu.

BestLife Guadalupe: Restabelecimento da conectividade ecológica na foz do rio Vieux-Fort, em Saint-Louis, Marie-Galante.



BestLife Guadeloupe

BestLife 2030 Guiana Francesa: Preservação e requalificação de uma charca de reprodução explosiva de anfíbios.



Note terminologique : L'expression « reproduction explosive » est un terme scientifique désignant une reproduction massive et synchronisée des amphibiens sur une courte période.

BestLife Guyane

BestLife Canárias: Conservação do último reduto do lagarto-gigante-de-Tenerife.



BestLife Canarias

BestLife Martinica: Proteção e valorização das charcas de Les Anses-d'Arlet.



BestLife Martinique



Funchal

14. Programa

Quarta-feira, 4 de novembro

9h00-12h00 Visita ao Grand Port Maritime de Guadeloupe e apresentação dos trabalhos da Associação dos Portos das RUP

17h00-18h00 Sessão de discussão com os Deputados europeus

Quinta-feira, 5 de novembro

9h00-12h00 Sessão interna dos presidentes das RUP

9h00-11h30 Espace régional du Raizet: Encontro entre o mundo político e económico da Guadalupe e as instituições europeias

14h00-18h30 Reuniões bilaterais

Sexta-feira, 6 de novembro

9h00-12h00 Visita ao Mémorial ACTe

9h00-12h00 Sessão entre parceiros

14h00-16h00 Sessão internacional

Programa Cabo Verde e OCTA

Quinta-feira, 5 de novembro

9h00-12h00 Reuniões bilaterais

14h00-18h00 Reuniões bilaterais

Sexta-feira, 6 de novembro

9h00-12h00 Visita ao Mémorial ACTe

14h00-16h00 Sessão internacional


Funchal

Programa OECO

Quarta-feira, 4 de novembro

9h30-10h30 Visita à PIRAC
14h30-16h30 Visita ao CREPS (Centro de Recursos, Especialização e Desempenho Desportivo)

Quinta-feira, 5 de novembro

9h30-11h00 Visita ao CHU – Centro Hospitalar Universitário
14h00-15h00 Reuniões bilaterais

Sexta-feira, 6 de novembro

10h00-11h00 Encontro com a CCI - Câmara de Comércio e Indústria
11h00-12h00 Encontro com a Universidade das Antilhas

Programa COI

Terça-feira, 3 de novembro

10h00-12h00 Visita de campo
12h00-14h00 Almoço
14h00-16h00 Visita de campo

Quarta-feira, 4 de novembro

9h00 -12h00 Visita ao Grand Port Maritime de Guadeloupe e apresentação dos trabalhos da Associação dos Portos das RUP
12h00-16h00 Propriedade Valombreuse

Quinta-feira, 5 de novembro

9h00-11h30 Encontro entre o mundo político e económico da Guadalupe e as instituições europeias
14h00-18h00 Reuniões bilaterais

Sexta-feira, 6 de novembro

9h00-12h00 Visita ao Mémorial ACTe
14h00-16h00 Sessão internacional

15. Galeria de rostos



M. Ary CHALUS
Presidente do Conselho Regional de Guadalupe



M. José Manuel BOLIEIRO
Presidente do Governo Regional dos Açores



M. Fernando CLAVIJO BATLLE
Presidente do Governo das Canárias



M. Jean-Paul FEREIRA
Presidente da Coletividade Territorial da Guiana



M. Miguel ALBUQUERQUE
Presidente do Governo Regional da Madeira



M. Serge LETCHIMY
Presidente do Conselho Executivo da Coletividade Territorial da Martinica



M. Ben Issa OUSSENI
Presidente do Departamento-Região de Mayotte



Mme Huguette BELLO
Presidente do Conselho Regional da Reunião



M. Louis MUSSINGTON
Presidente da Coletividade de São Martinho



M. Thibault LECHAT-VEGA
Vice-Presidente da Coletividade Territorial da Guiana



Mme Bénédicte DI GÉRONIMO
Conselheira Executiva responsável pelos Fundos Europeus Coletividade Territorial da Martinica



Mme Zamimou AHAMADI
Vice-Presidente do Departamento-Região de Mayotte



Mme Sofia RIBEIRO
Secretária Regional da Educação, Cultura e Desportos do Governo dos Açores



Mme Naïma MOUTCHOU
Governo da França, Ministro dos Territórios Ultramarinos



M. Benjamin HADDAD
Governo da França, Ministro Delegado encarregado da Europa



Mme Janica HOPFER ALMADA
Presidente da República de Cabo Verde (interina)



M. Fernando SAMPEDRO MARCOS
Governo da Espanha, Secretário de Estado para a União Europeia



Mme Inês DOMINGOS
Governo de Portugal, Secretário de Estado dos Assuntos Europeus



M. Younous OMARJEE
Eurodeputado da Reunião (França, GUE/NGL), Vice-Presidente do Parlamento Europeu



Mme Marie-Luce BRASIER-CLAIN
Eurodeputada da Reunião (França, PfE)



M. Paulo DO NASCIMENTO CABRAL
Eurodeputado dos Açores (Portugal, PPE), Copresidente do Intergrupo «Política de Coesão e RUP»



M. André FRANQUEIRA RODRIGUES
Eurodeputado dos Açores (Portugal, S&D)



M. Sergio GONÇALVES
Eurodeputado da Madeira (Portugal, S&D)



M. Juan Fernando LOPEZ AGUILAR
Eurodeputado das Canárias (Espanha, S&D), copresidente do Intergrupo «Política de Coesão e RUP»



M. Rody TOLASSY
Eurodeputado de Guadalupe (França, PfE)



M. Raffaele FITTO
Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia para a Coesão e Reformas (DG REGIO)



M. Vasco DE MELLO
Membro do CESE e Relator do CESE sobre a estratégia para as RUP



M. Thibault LECHAT-VEGA
Membro do CdR e Relator do CdR sobre a estratégia para as RUP



M. Ibrahim NORBERT RICHARD
Secretário-Geral da COI (Comissão do Oceano Índico)



M. Xavier LÉDÉE
Presidente da OCTA (Associação dos Países e Territórios Ultramarinos)



M. Didacus JULES
Diretor-Geral da OECO (Organização dos Estados do Caribe Oriental)

GUADELOUPE

RUP 25-26

Présidence de la conférence des
Régions Ultrapériphériques

www.cp-rup.com

REGION GUADELOUPE
Archipel d'Avenir